



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

20  
92.

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

Mandado de Segurança nº 0312883-6 (NPU 008967-35.2013.8.17.0000)

Impetrante: José Roberto Soares da Silva

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**EMENTA:** DIREITOS HUMANOS. DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. PORTADOR DE HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR SEVERA COM EVOLUÇÃO PARA INSUFICIÊNCIA CARDÍACA GRAVE CLASSE FUNCIONAL IV. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA NÃO CONHECIDA. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DA AÇÃO MANDAMENTAL INACOLHIDA. NECESSIDADE DO USO DO MEDICAMENTO BOSENTANA (TRACLEER). DEMONSTRAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. DEVIDA A COMINAÇÃO DE ASTREINTES CUJO INTUITO É FAZER CUMPRIR A OBRIGAÇÃO IMPOSTA. IRRAZOÁVEL O CONDICIONAMENTO DA ENTREGA DA MEDICAÇÃO À APRESENTAÇÃO DE RECEITUÁRIO MÉDICO ATUALIZADO E SUBSCRITO POR PROFISSIONAL INTEGRANTE DO SUS. CONCESSÃO DA SEGURANÇA POR UNANIMIDADE. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar *inaudita altera pars*, impetrado contra o Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, por meio do qual o Impetrante busca obter o imediato fornecimento da medicação: BOSENTANA (TRACLEER) 125 mg, conforme prescrição médica de fls. 21.

Afirma o Autor ser portador de HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR SEVERA (CID I.27.0), evoluindo para INSUFICIÊNCIA CARDÍACA GRAVE CLASSE FUNCIONAL IV (CID I.50.0) e, em decorrência de seu gravíssimo estado de saúde, necessita para seu tratamento do uso da medicação supramencionada, conforme relatório e laudo médico de fls. 20 e 21.

Relata que, por ser pessoa carente de condições financeiras, pleiteou referida medicação à Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco (fls. 22-23), não obtendo qualquer resposta do Estado, quanto ao seu pedido.

Diante disso, o Autor impetrou o presente *Writ of Mandamus* a fim de obter, liminarmente, tal medicamento, pretensão esta que fora deferida por esta Relatoria, através de decisão interlocutória de fls. 32-32 verso.

O Impetrado prestou informações às fls. 61-77, suscitando as preliminares de ausência de prova pré-constituída e de impossibilidade jurídica do pedido e, no mérito, requereu a denegação da segurança.

O Ministério Público, mediante parecer de fls.80-85, opinou pela concessão da segurança, ratificando a liminar inicialmente deferida.

Preliminarmente, alega a indigitada Autoridade Coatora que não houve demonstração por parte da Impetrante de que o medicamento ora pleiteado seja o único eficaz para o seu tratamento, fato que afasta a comprovação de plano do direito líquido e certo do Autor do *Mandamus*.

Ocorre que, por se reportar tal preliminar a um dos requisitos da ação mandamental, tenho que tal matéria questionada se confunde com o próprio



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

mérito do *Writ*, motivo pelo qual **voto pelo não conhecimento da presente preliminar.**

O Impetrado alega ainda que a pretensão do Impetrante em requerer medicamento, por ser medida de ordem administrativa, não pode ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de estar o órgão julgador se substituindo ao administrador e ofendendo, de forma expressa, o princípio constitucional da separação dos Poderes (art. 2º CF/88).

No entanto, a CF/88 estabelece que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (CF, art. 5º, inciso XXXV). Assim, à luz desse postulado constitucional da ubiquidade da Justiça, é perfeitamente possível ao Judiciário examinar atos administrativos acoimados de ilegais ou abusivos, o que ocorre no caso concreto. Assim sendo, **voto pela rejeição de sobredita preliminar.**

O impetrante alega ser portador da doença **Hipertensão Arterial Pulmonar severa (HAP)**, necessitando, para o seu tratamento, fazer uso do medicamento **BOSENTANA (TRACLEER) 125 mg**, conforme prescrição médica (fls. 21). Diante disso, requer a concessão da segurança para que lhe seja fornecido sobredito medicamento, por tempo indeterminado.

Não obstante afirmativa do Estado de existência de política de saúde para a patologia do Impetrante, existindo outras medicações servíveis para o tratamento do Impetrante, bem como que o fármaco pretendido não se encontra contemplado na lista do SUS, tal alegação não se sustenta.

É que cumpre ao médico a prescrição do tratamento que entenda mais propício, aí inseridos os medicamentos e insumos, de acordo com as particularidades do quadro clínico de cada enfermo.

Nesta toada, o Judiciário não pode se olvidar de que a indicação do tipo de tratamento/medicamento/insumo a ser utilizado pelo paciente compete ao médico responsável por ele. A demonstração da eficácia de um tratamento ou de uma terapia é de responsabilidade do profissional de saúde, indivíduo credenciado para tal mister, e que emprega todos os esforços para alcançar a melhora do quadro clínico do paciente, e quiçá a sua cura.

Com efeito, se o profissional que assiste o paciente, diante do quadro clínico que se apresenta, achou por bem indicar o uso da medicação **BOSENTANA (TRACLEER) 125 mg**, e não outra, **não compete ao Judiciário decidir, in casu, de forma diversa.**

Ressalte-se que o profissional que prescreveu o insumo faz parte do quadro de médicos do Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco Prof. Luiz Tavares (PROCAPE), nosocômio que compõe a rede pública estadual, o que faz pressupor que o médico, quando assim agiu, sabia quais as medicações fornecidas pelo SUS, e, ainda assim, optou por recomendar fármaco diverso, em razão da peculiaridade do caso.

Restando, pois, comprovada a necessidade da medicação pleiteada, há urgência na prestação jurisdicional.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

93

De outra banda, quanto à aplicação da multa diária, entendo que o seu objetivo é fazer com que a parte Impetrada cumpra a obrigação que lhe foi imposta. Ou seja, a multa não é um fim em si mesmo, senão um instrumento destinado a compelir o seu destinatário ao cumprimento forçado da obrigação que lhe foi imposta.

Assim, a quantia fixada não pode ser irrisória a ponto de parecer mais vantajoso pagá-la do que cumprir a obrigação. Nesta senda, tenho que o valor fixado está condizente com a finalidade da multa, bem como com o interesse em questão, qual seja, a saúde e vida do Impetrante.

Ademais, em que pese preocupação do Estado com os recursos públicos, bem como com a observância aos princípios de Direito Administrativo, não entendo razoável condicionar a entrega do material pleiteado à apresentação de receituário médico atualizado e subscrito por profissional integrante dos quadros do SUS. A uma, porque o paciente, consoante prescrição médica de fls. 21, necessita do medicamento reclamado por tempo indeterminado. A duas, por ser cediço que a demanda é maior do que a oferta no serviço público de saúde, o que faz parecer irrazoável que o Impetrante esteja, em tempo, e a cada vez que for adquirir o material junto à SES, munido de prescrição atualizada. O acatamento de tal pedido inviabilizaria a segurança pretendida.

Diante de todo exposto, o Grupo votou pela concessão da segurança, a fim de que seja fornecido ao Impetrante, de forma gratuita, a medicação pleiteada, conforme prescrição médica de fls. 21, pelo tempo que se fizer necessário ao seu tratamento.

Diante da manutenção da liminar concedida, esvaziou-se o objeto do Agravo Regimental anexado nos autos do Mandado de Segurança em apreço, nada mais havendo a ser neste juízo apreciado, pois os fatos que o Agravante-Impetrado visa obstar tornaram-se consumados, havendo, portanto, desaparecimento superveniente do interesse processual recursal, fato que o Grupo votou pela negativa de provimento do referido Agravo.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança nº 0312883-6, em que figura como impetrante José Roberto Soares da Silva e como impetrado Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

**ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Egrégio Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em não conhecer da preliminar de ausência de prova pré-constituída, em rejeitar a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido e, no mérito, em conceder a segurança, ratificando a liminar outrora deferida, negando provimento ao Agravo Regimental apenso, tudo nos termos do voto do Relator que passa a integrar este aresto.

Recife, 08 de outubro de 2013.

  
Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Antenor Cardoso Soares Junior

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

Mandado de Segurança nº 0312883-6 (NPU 008967-35.2013.8.17.0000)

Impetrante: José Roberto Soares da Silva

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**RELATÓRIO**

Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar *inaudita altera pars*, impetrado contra o Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco, por meio do qual o impetrante busca obter o imediato fornecimento da medicação: BOSENTANA (TRACLEER) 125 mg, conforme prescrição médica de fls. 21.

Afirma o Autor ser portador de HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR SEVERA (CID I.27.0), evoluindo para INSUFICIÊNCIA CARDÍACA GRAVE CLASSE FUNCIONAL IV (CID I.50.0) e, em decorrência de seu gravíssimo estado de saúde, necessita para seu tratamento do uso da medicação supramencionada, conforme relatório e laudo médico de fls. 20 e 21.

Relata que, por ser pessoa carente de condições financeiras, pleiteou referida medicação à Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco (fls. 22-23), não obtendo qualquer resposta do Estado, quanto ao seu pedido.

Diante disso, o Autor impetrou o presente *Writ of Mandamus* a fim de obter, liminarmente, tal medicamento, pretensão esta que fora deferida por esta Relatoria, através de decisão interlocutória de fls. 32-32 verso.

O Impetrado prestou informações às fls. 61-77, suscitando as preliminares de ausência de prova pré-constituída e de impossibilidade jurídica do pedido e, no mérito, requereu a denegação da segurança.

O Ministério Público, mediante parecer de fls.80-85, opinou pela concessão da segurança, ratificando a liminar inicialmente deferida.

Eis o relatório. Inclua-se em pauta.

Recife, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2013.

  
\_\_\_\_\_  
Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Patriota Malta

94.

**GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO**

Mandado de Segurança nº 0312883-6 (NPU 008967-35.2013.8.17.0000)

Impetrante: José Roberto Soares da Silva

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco

Relator: Des. Antenor Cardoso Soares Júnior

**VOTO PRELIMINAR - DA AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA**

Alega a indigitada Autoridade Coatora que não houve demonstração por parte da Impetrante de que o medicamento ora pleiteado seja o único eficaz para o seu tratamento, fato que afasta a comprovação de plano do direito líquido e certo do Autor do *Mandamus*.

Ocorre que, por se reportar tal preliminar a um dos requisitos da ação mandamental, tenho que tal matéria questionada se confunde com o próprio mérito do *Writ*, motivo pelo qual **voto pelo não conhecimento da presente preliminar.**

**VOTO PRELIMINAR - DA IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO**

O Impetrado alega que a pretensão do Impetrante em requerer medicamento, por ser medida de ordem administrativa, não pode ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de estar o órgão julgador se substituindo ao administrador e ofendendo, de forma expressa, o princípio constitucional da separação dos Poderes (art. 2º CF/88).

No entanto, a CF/88 estabelece que "a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito" (CF, art. 5º, inciso XXXV). Assim, à luz desse postulado constitucional da ubiquidade da Justiça, é perfeitamente possível ao Judiciário examinar atos administrativos acoimados de ilegais ou abusivos, o que ocorre no caso concreto.

Assim sendo, **voto pela rejeição de sobredita preliminar.**

**VOTO MÉRITO**

O impetrante alega ser portador da doença **Hipertensão Arterial Pulmonar severa (HAP)**, necessitando, para o seu tratamento, fazer uso do medicamento **BOSENTANA (TRACLEER) 125 mg**, conforme prescrição médica (fls. 21). Diante disso, requer a concessão da segurança para que lhe seja fornecido sobredito medicamento, por tempo indeterminado.

Não obstante afirmativa do Estado de existência de política de saúde para a patologia do Impetrante, existindo outras medicações servíveis para o tratamento do Impetrante, bem como que o fármaco pretendido não se encontra contemplado na lista do SUS, tal alegação não se sustenta.

É que cumpre ao médico a prescrição do tratamento que entenda mais propício, aí inseridos os medicamentos e insumos, de acordo com as particularidades do quadro clínico de cada enfermo.

Nesta toada, o Judiciário não pode se olvidar de que a indicação do tipo de tratamento/medicamento/insumo a ser utilizado pelo paciente compete ao médico responsável por ele. A demonstração da eficácia de um tratamento ou de uma terapia é de



**ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. Patriota Malta**

---

responsabilidade do profissional de saúde, indivíduo credenciado para tal mister, e que emprega todos os esforços para alcançar a melhora do quadro clínico do paciente, e quiçá a sua cura.

Com efeito, se o profissional que assiste o paciente, diante do quadro clínico que se apresenta, achou por bem indicar o uso da medicação **BOSENTANA (TRACLEER) 125 mg**, e não outra, **não** compete ao Judiciário decidir, *in casu*, de forma diversa.

Ressalte-se que o profissional que prescreveu o insumo faz parte do quadro de médicos do Pronto Socorro Cardiológico de Pernambuco Prof. Luiz Tavares (PROCAPE), nosocômio que compõe a rede pública estadual, o que faz pressupor que o médico, quando assim agiu, sabia quais as medicações fornecidas pelo SUS, e, ainda assim, optou por recomendar fármaco diverso, em razão da peculiaridade do caso.

Restando, pois, comprovada a necessidade da medicação pleiteada, há urgência na prestação jurisdicional.

De outra banda, quanto à aplicação da multa diária, entendo que o seu objetivo é fazer com que a parte Impetrada cumpra a obrigação que lhe foi imposta. Ou seja, a multa não é um fim em si mesmo, senão um instrumento destinado a compelir o seu destinatário ao cumprimento forçado da obrigação que lhe foi imposta.

Assim, a quantia fixada não pode ser irrisória a ponto de parecer mais vantajoso pagá-la do que cumprir a obrigação. Nesta senda, tenho que o valor fixado está condizente com a finalidade da multa, bem como com o interesse em questão, qual seja, a saúde e vida do Impetrante.

Ademais, em que pese preocupação do Estado com os recursos públicos, bem como com a observância aos princípios de Direito Administrativo, não entendo razoável condicionar a entrega do material pleiteado à apresentação de receituário médico atualizado e subscrito por profissional integrante dos quadros do SUS. A uma, porque o paciente, consoante prescrição médica de fls. 21, necessita do medicamento reclamado por tempo indeterminado. A duas, por ser cediço que a demanda é maior do que a oferta no serviço público de saúde, o que faz parecer irrazoável que o Impetrante esteja, em tempo, e a cada vez que for adquirir o material junto à SES, munido de prescrição atualizada. O acatamento de tal pedido inviabilizaria a segurança pretendida.

Diante de todo exposto, **voto pela concessão da segurança**, a fim de que seja fornecido ao Impetrante, de forma gratuita, a medicação pleiteada, conforme prescrição médica de fls. 21, pelo tempo que se fizer necessário ao seu tratamento.

É como voto.

**VOTO – AGRAVO REGIMENTAL INTERPOSTO PELO ESTADO DE PERNAMBUCO – PERDA DO OBJETO**

Irresignado com a decisão interlocutória desta Relatoria, que concedeu a liminar no Mandado de Segurança em questão (fls. 32-32 v), o Impetrado interpôs Agravo Regimental (fls. 43-56), no qual postula a revogação de tal medida. Ocorre que, em virtude da manutenção do entendimento desta referida Relatoria, esvaziou-se o objeto da interposição do mencionado Agravo Regimental, nada mais havendo a ser neste juízo apreciado, pois os fatos que o Agravante-Impetrado visa a obstar tornaram-se consumados. Houve, portanto, desaparecimento superveniente do interesse processual recursal.



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. Patriota Malta

95~

Desta feita, voto pela negativa de provimento do Agravo Regimental interposto, visto que este se encontra prejudicado, isto é, superado por fato que provocou a perda de seu objeto.

Recife, 08 de outubro de 2013.

Des. Antenor Cardoso Soares Júnior  
Relator